



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal MARANGONI

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 980, DE 2019

Altera o art. 31 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o art. 52 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, a fim de possibilitar a participação em licitações de empresa que esteja em recuperação judicial.

Autor: Deputado DARCI DE MATOS

Relator: Deputado MARANGONI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 980, de 2019, de autoria do Deputado Darci de Matos, busca alterar a Lei nº 8.666, de 1993 – Lei de licitações e contratos administrativos, e a Lei nº 11.101, de 2005 – Lei de recuperação judicial, extrajudicial e falências, de maneira a possibilitar a participação em licitações de empresas que estejam em recuperação judicial.

Para essa finalidade, a proposição busca alterar o art. 31 da Lei nº 8.666, de 1993, de maneira a retirar a previsão de que, na qualificação econômico-financeira para participação em licitação, será exigida a certidão negativa de concordata. Adicionalmente, acrescenta novo § 7º ao dispositivo para estabelecer que é vedada a inabilitação de licitante motivada exclusivamente pela existência de processo de recuperação judicial, cabendo ao Poder Público, na fase de habilitação, avaliar a viabilidade econômica da empresa.

A proposição também objetiva alterar a redação do inciso II do art. 52 da Lei nº 11.101, de 2005. De acordo com a nova redação, o juiz, ao deferir o processamento da recuperação judicial, *determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, exceto para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios [...]*. Conforme a redação atual do dispositivo, o juiz *determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal [...]*.

Destaca-se, a propósito, que o § 3º do art. 195 da Constituição Federal dispõe que *A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como*





CÂMARA DOS DEPUTADOS Deputado Federal MARANGONI

estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Por fim, o projeto estabelece que a Lei dele decorrente entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição, que tramita em regime ordinário, está sujeita a apreciação conclusiva e foi distribuída a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; à Comissão de Finanças e Tributação, que se manifestará sobre a adequação orçamentário-financeira do projeto e sobre seu o mérito; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que apreciará a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Posteriormente, a proposição foi redistribuída para a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, em substituição à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, extinta pela Resolução da Câmara dos Deputados nº 1/2023.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição neste Colegiado.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A presente proposição busca alterar a Lei nº 8.666, de 1993 – Lei de licitações e contratos administrativos, e a Lei nº 11.101, de 2005 – Lei de recuperação judicial, extrajudicial e falências, para possibilitar a participação em licitações de empresas que estejam em recuperação judicial.

Conforme destacamos em nosso relatório, a proposição busca, essencialmente, impossibilitar a inabilitação de licitante meramente em razão da existência de processo de recuperação judicial em curso, cabendo ao Poder Público, na fase de habilitação, avaliar a viabilidade econômica da empresa.

De acordo com a justificação do autor, a Lei nº 8.666, de 1993, atualmente estabelece, como requisito para a demonstração de qualificação econômico-financeira para participação em licitações, a apresentação de *certidão negativa de falência ou **concordata** (...) ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.*

O autor prossegue, apontando que, com o advento da Lei nº 11.101, de 2005, o instituto da concordata foi extinto, dando lugar à recuperação judicial. Contudo, a legislação sobre licitações e contratos não foi atualizada a fim de se adequar à nova sistemática da recuperação judicial.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal MARANGONI

Apresentação: 24/05/2023 09:22:05.970 - CICS
PRL 1 CICS => PL 980/2019

PRL n.1

Conforme o autor, essa questão foi objeto de julgamento pela Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a qual decidiu que empresas em recuperação judicial podem participar de licitação, desde que demonstrem, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica. O autor aponta, ademais, que esse entendimento reforça o propósito previsto no art. 47 da Lei nº 11.101, de 2005, que estabelece que a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, promovendo a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Assim, o autor defende a necessidade de aperfeiçoamento da legislação atual, com vistas a dar maior segurança jurídica ao tema, em benefício do empreendedorismo e do desenvolvimento nacional.

É oportuno observar que, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, que é a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em 31 de dezembro de 2023 ocorrerá a revogação da Lei nº 8.666, de 2023.

Não obstante, a Lei nº 8.666, de 2023, ainda está em vigor, sendo que, em regra, para editais que sejam publicados até 29 de dezembro de 2023, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com a nova Lei nº 14.133, de 2021, ou de acordo com a Lei nº 8.666, de 1993.

Por sua vez, a nova Lei nº 14.133, de 2021, não exige certidão negativa de recuperação judicial como requisito de habilitação. Assim, nos termos da nova Lei, a recuperação judicial não é impeditiva para a habilitação de licitante.

Dessa forma, consideramos que a alteração pretendida na Lei nº 8.666, de 1993, é meritória, sendo procedentes as alegações do autor. Com efeito, é importante ser destacado que o instituto da recuperação judicial busca a preservação da atividade econômica da empresa e, em especial, dos postos de trabalho por ela gerados. Nesse sentido, é essencial que, no âmbito das licitações, essas empresas possam participar desses certames.

Há que se observar que, nos termos dos arts. 30 e 31 da Lei nº 8.666, de 1993, a empresa em recuperação judicial, ao participar da licitação, está, assim como os demais licitantes, obrigada a apresentar garantias e demonstrações contábeis que comprovem a boa situação financeira da empresa, bem como a fornecer documentações referentes à sua qualificação técnica, abrangendo a comprovação de aptidão para desempenho de atividade em questão e a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Dessa forma, a legislação já prevê mecanismos que resguardam o interesse público em licitações. Assim, não consideramos razoável, em um processo licitatório, vedar a participação de uma empresa apenas por se encontrar em recuperação judicial, uma vez que, em igualdade de condições com os demais





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal MARANGONI

licitantes, deverá demonstrar sua qualificação técnica e econômico-financeira, inclusive com a prestação de garantias.

Assim, em face de todo o exposto, votamos pela **aprovação do Projeto de Lei nº 980, de 2019**.

Sala da Comissão, de de 2023.

Deputado **MARANGONI**
Relator

